

A INTERPRETAÇÃO DE DADOS DE PESQUISA E A ANÁLISE DE DISCURSOS

Profa. Dra. Virgínia B. B. Abrahão (UFES)

RESUMO

Para esse artigo levantamos a seguinte questão: quais as dificuldades dos pesquisadores de diferentes áreas de estudo que, estando em fase de análise de dados, buscam a Análise do Discurso (AD) como suporte metodológico? No geral, buscam na AD estratégias interpretativas para o seu corpus, mas não querem um nível interpretativo do conteúdo e sim das estratégias do dizer. Por isso recorrem à AD. Essa situação, levamos a reflexões interessantes sobre a linguagem, a primeira delas é, sem dúvida, a própria questão da interpretação. Afinal, o que é interpretar? Qual a relação que se estabelece entre os métodos de interpretação e o próprio agente da interpretação? A segunda diz respeito ao objeto da interpretação, enfim, às concepções de texto e discurso que subjazem quaisquer análises. Essas concepções advêm, obviamente, do modo como se encara a linguagem. A terceira reflexão a que nos propomos diz respeito, enfim, aos diferentes modos de interpretação de discursos, dentro de diferentes disciplinas lingüísticas. Estamos visando, somente, a construção de breves discussões, sem adentrarmos profundamente em cada um desses pontos que constituem, de fato, todo um conhecimento acumulado em séculos de estudos da linguagem humana.

Palavras-chave: Interpretação – Análise de discursos – Textos – Discursos

ABSTRACT

In this article we want to talk with researchers from different fields of study that is in phase of data analysis. Face them with text / speech to be analyzed they dont have clarity what to do. They find then the Discourse Analysis as a organized discipline, but they find that there is a “new world” to discover.

Keywords: Interpretation; Discourse Analysis; Texts; Speechs

“(...) o mesmo discurso que revela, esconde, o mesmo que aglutina desagrega, o mesmo que esclarece aliena (...) Assim é a linguagem humana e diferente não pode ser o sujeito que nela se engendra.” (MARI, 1991, p.29)

Neste artigo pretendemos conversar com pesquisadores de diferentes áreas de estudo que, estando em fase de análise de dados, deparam-se com textos / discursos a serem analisados, mas não possuem clareza do que fazer, exatamente, diante do seu *corpus*. Buscam, então, a Análise do Discurso (AD), enquanto disciplina organizada, e descobrem que há ali um “mundo novo” a descobrir. Esses pesquisadores recorrem à AD por compreenderem que não basta buscar nos textos (orais ou escritos) o que dizem, mas como elaboram seu dizer. Nas palavras de Orlandi (2003, p.17):

“A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?”

Contudo, os pesquisadores não encontram na AD um suporte metodológico de fácil compreensão e aplicação. O que a Análise do Discurso lhes fornece, principalmente, é uma teoria sobre os discursos, articulada a partir de uma conceituação complexa da qual emergem estratégias de análise as quais constroem no analista um olhar sobre os discursos.

Ora, essas pessoas não possuem nem tempo e nem disposição para essa construção do olhar e sentem-se desesperadas diante das poucas alternativas metodológicas com as quais se defrontam. Encontram-se, então, com pouca disposição para ouvir, querem soluções.

Essa situação leva-nos a reflexões interessantes sobre a linguagem, as quais gostaríamos de compartilhar com esses pesquisadores. A primeira

delas é, sem dúvida, a própria questão da interpretação, porque esses pesquisadores precisam interpretar seus dados e não propriamente fazer uma análise de discursos, o que são coisas diferentes. Mas, afinal o que é interpretar? Qual a relação que se estabelece entre os métodos de interpretação e o próprio agente da interpretação? A segunda diz respeito ao objeto da interpretação, enfim, às concepções de texto e discurso que subjazem quaisquer análises. Essas concepções advêm, obviamente, do modo como se encara a linguagem. A terceira reflexão a que nos propomos diz respeito, enfim, aos diferentes modos de interpretação de discursos, dentro de diferentes disciplinas lingüísticas. E por fim e talvez o mais preponderante: se o que se busca é a interpretação de dados, porque se busca a AD, que não possui esse fim, apesar de trazer em seu bojo uma reflexão sobre a atividade interpretativa?

Estamos visando, aqui, somente levantar essa problemática e explicitar alguns pontos, porque acreditamos que com o clarear desses pontos o pesquisador estará ao menos em condições de adentrar a complexidade do seu objeto de pesquisa, os textos orais ou escritos.

Segundo Gnerre (1991: 21), *nas sociedades complexas como as nossas é necessário um aparato de conhecimentos sócio-políticos relativamente amplo para poder ter um acesso qualquer à compreensão e, principalmente, à produção das mensagens de nível sócio-político*. Se para o analista de discursos não basta compreender as mensagens ou simplesmente produzi-las, ele terá que desenvolver habilidades para lidar com as artimanhas da significação, afinal, segundo Mari (1991, p.49), *“o sentido decorre, então, de percursos do signo em uma dada situação discursiva”* e para depreendê-lo o analista deverá enfrentar não só as articulações propostas ao nível do sistema lingüístico, já que uma mesma frase pode ser entendida de diversas maneiras; nem somente ao nível do momento histórico. Para Mari (1991), afirmar que determinado discurso significa X, devido ao lugar e ao momento em que foi articulado é negar o humano dentro dos discursos, responsável por movimentar as formações discursivas em função do seu desejo ou da sua consciência, ainda que peremptória. Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado e deve ser buscada tanto ao nível do sistema lingüístico

e da história, quanto do sujeito produtor dos discursos, sendo o sujeito uma categoria de análise e não fator de individualidade ou de racionalidade.

TEXTO E DISCURSO: OBJETOS DE ANÁLISE

Inicialmente faz-se necessário esclarecer que estamos tratando texto e discurso como uma única coisa porque estamos entendendo por texto algo que não se restringe à folha de papel, estabelecendo múltiplas relações. Ele não pode ser visto como um produto ou como forma resultante de um processo, como um relatório, por exemplo. Na verdade, mesmo o relatório se constitui numa prática significativa que se estrutura na relação do sujeito com o sistema lingüístico, em condições históricas específicas. Desse modo, o texto se apresenta em constante processo de produção de sentidos, incluindo o leitor como co-participante da estrutura textual. Como não existe um sentido único, instalado, invariável, depositado na cabeça do falante / autor, o texto é entendido como uma teia dinâmica que se refaz constantemente.

Dentro dessa perspectiva o conceito de texto se equivale ao conceito de discurso, pois este é compreendido como uma prática social de interlocução, dependente do momento histórico ou do contexto de sua produção, de circulação e de consumo. Assim, tanto o texto como o discurso são vistos como um jogo que se estabelece com o sistema lingüístico, em função de uma dada *formação discursiva*, que é entendida como um conjunto de princípios ou de valores que regulam os discursos, tendo por base uma *formação ideológica*, ou seja, um conjunto de forças políticas que se confrontam, numa dada conjuntura. Por exemplo, dentro do quadro da medicina ocorrem formações discursivas variadas, em função da formação ideológica dos médicos. É isso que faz com que o discurso de um médico alopata seja completamente diferente do discurso de um médico homeopata, pois esses discursos possuem formações discursivas variadas.

Para a AD, então, o texto é a materialidade do discurso e, portanto, a materialidade da ideologia, já que para a AD não há discurso sem sujeito

e não há sujeito sem ideologia. Por ser o discurso o lugar onde se pode observar a relação da linguagem com a ideologia, ele é tratado na sua materialidade constitutiva, ou seja, na sua estruturação textual, na sua organização simbólica. Para a AD cada pausa é significativa e não se pode derivar o sentido do discurso senão da sua materialidade, ou corre-se o risco da pura interpretação casuística. Orlandi (2003, p.18), ao dizer do modo como a AD trabalha os textos, afirma:

“Há um deslocamento, já prenunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é o “o quê”, mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.”

Desse modo, estamos entendendo que texto é discurso, independentemente do tamanho, da forma (se oral ou escrito) e da situação (se diálogo, literatura, conferência, etc.).

Importa, porém, observar que o modo como se concebe o objeto de análise já é estruturante de uma posição teórica, ou seja, as nossas concepções sobre o nosso objeto de análise refletem concepções ideológicas fortemente alicerçadas em pressupostos teóricos e metodológicos. Para o analista do discurso, é de suma importância identificar as diferentes perspectivas que estão em jogo, nos diferentes autores consultados. Na verdade, a escolha de uma metodologia é fruto de filiações teóricas bem definidas.

Evidentemente essa concepção de discurso, ou de texto, carrega uma concepção de linguagem. Para a AD a linguagem não se dá como evidência, mas se oferece como um lugar de descobertas e a ideologia é compreendida como estruturante do processo de significação (ORLANDI, 2003, p.96).

Outras correntes de análise de discursos advêm de concepções diferenciadas da linguagem e, conseqüentemente, do texto/discurso. A

análise de discursos que possuem como suporte a perspectiva da Pragmática, por exemplo, concebe a linguagem como fator de interação, fruto das relações sociais. Desse modo, a linguagem não é estruturante da nossa visão de realidade, ou seja, os fatores ideológicos da constituição dos significados não são considerados. Para essa corrente de pensamento a linguagem é fruto da organização social e os discursos são adaptações / adequações ao meio.

Para outras perspectivas teóricas a linguagem é concebida como instrumento de comunicação que se organiza em suas partes que se articulam. Caberia ao pesquisador depreender dela os significados propostos pelo autor, pois essa concepção instrumentalista concebe a linguagem independentemente do pensamento e, portanto, o produtor dos discurso é compreendido como individualidade autônoma. Já outras concepções admitem que a linguagem reflete categorias de pensamento ou de concepções de mundo. Mas para essas correntes da lingüística a linguagem não é estruturante dos sujeitos e sim o resultado de um processo, como é o caso das teorias da argumentação. Caberia ao pesquisador identificar essas categorias de pensamento através da linguagem. Ou seja, a linguagem é utilizada como mero suporte para a análise, tal como o fez a Análise de Conteúdos, em sua fase inicial. O sentido, sob essa perspectiva, é visto como resultante de um processo e não como fator estruturador de uma realidade.

Portanto, quando o pesquisador busca um suporte metodológico para o seu trabalho de análise, convém atentar para as concepções de linguagem que sustentam as propostas teórico-metodológicas. Muitas vezes observamos trabalhos acadêmicos que optam por estratégias metodológicas que nem sempre condizem com o referencial teórico adotado na primeira parte da pesquisa. Como se pôde observar, os diferentes modos de se compreender a linguagem resultam em diferentes abordagens sobre os textos.

MÉTODOS E SUJEITOS DA INTERPRETAÇÃO

Ao interpretar buscamos a significação dos textos / discursos. Ora, a questão da significação é muito abrangente e podemos dizer com Verón (1980) que *a vida social é uma máquina que funciona pelo sentido*.

Portanto, a abordagem sobre a questão da significação não poderia jamais se restringir a uma única disciplina. Já Aristóteles admitia que o signo necessita de algo mais para significar, pois os signos em si não são auto-evidente, transparentes.

Danilo Marcondes, em seu artigo “Questões relativas à interpretação”, realiza um percurso histórico relativo à temática. Lembra que Aristóteles admitia dois níveis de interpretação: um relativo aos textos em linguagem referencial e outro relativo aos textos em linguagem poética. No caso da linguagem poética, Aristóteles dizia que deveriam ser levados em conta os elementos alegóricos e metafóricos, sendo que o significado aí seria sempre reconstituído. Quanto a linguagem referencial, Aristóteles acreditava no intelecto como intermediador da relação signo-sentido.

Segundo Marcondes, no mesmo artigo, advém de Aristóteles as concepções sobre o ato de interpretar, presentes na Escola Cristã de Alexandria, representada por São Clemente e Orígenes (séc. III) e posteriormente por Santo Agostinho (354–430). Contudo, por se preocuparem com a interpretação dos textos sagrados, considerados de inspiração divina, inserem a idéia de que existiria um texto oculto a ser considerado. Percebem, porém, que as interpretações geram novos textos e que, portanto, poderia haver infinitas interpretações de um único texto.

Observe que essas são considerações importantes que praticamente são deixadas de lado, dentro do pensamento cartesiano moderno, que recoloca o sujeito, com seu intelecto, como fator básico da significação, na medida em que o coloca como a fonte das idéias. E, no geral, os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que têm nos discursos seu material de pesquisa, buscam estratégias que dêem conta dessa concepção idealista, ou seja, a linguagem é considerada mero instrumento de transmissão das nossas idéias.

Marcondes afirma que as teoria do alemão Scheleiermacher (1768 – 1834), desenvolvidas posteriormente por Dierlsey (1833 – 1911) já consideram que para interpretar devemos recorrer aos fatores históricos e culturais. Mas é com Hegel que essa perspectiva se fixa e interpretar passa a ser produzir sentido.

“A interpretação, a reconstrução do sentido é portanto o modo de compreensão mesmo de nossa realidade cultural. A própria experiência humana passa a ser vista como produção de sentido. Dessa forma a hermenêutica deixa de ser apenas um método interpretativo de textos, tornando-se uma concepção filosófica, cujo núcleo é a idéia de interpretação do “mundo da vida” (*Lebenswelt*), em que nossa experiência se constitui como tendo um caráter essencialmente simbólico” (MARCONDES, 1994, p.201)

Segundo Marcondes, é em Wittgenstein (1889 – 1951) que a interpretação passa a ser vista como a compreensão do jogo que se trava em linguagem. Para esse filósofo contemporâneo o significado se faz no uso, concepção frutífera para os estudos lingüísticos. Essa concepção moderna que entende que o sujeito não é o centro do processo de interpretação, mas que ele mesmo se constitui na e pela linguagem, ganha respaldo nas teorias que lidam com a significação, contudo, quando os pesquisadores de outras áreas buscam nessas teorias um suporte para as suas análises não adentram essa teoria. No nosso entender, é nesse ponto que o analista perde o fio condutor de uma análise qualitativa dos discursos.

Portanto, cremos ser importante ao analista de dados discursivos compreender que todo ato de interpretação está marcado pela provisoriedade e é altamente dependente das condições que possuímos para interpretar. O próprio ato de interpretação é compreendido, então, como ato de produção de sentidos que se desigalam em diferentes momentos históricos. Isto porque quando utilizamos a linguagem para representar nossas experiências sensíveis não ocorre a separação prevista: de um lado a nossa realidade vivenciada e de outro a linguagem que utilizaremos para repassar aos outros o que vivenciamos. Para as perspectivas que lidam com a linguagem como produção de sentidos o sujeito, é constituído em linguagem e esta delimita o alcance da sua relação com o vivencial. Desse modo, reconhecemos ou lemos os fatos por nós vivenciados a partir das condições da nossa linguagem. Ela nos impõe um limite de observação do vivenciado porque constrói em nós uma perspectiva representativa do mundo.

Dentro da concepção instrumentalista da linguagem, anteriormente mencionada, pensamento, linguagem e realidade são entidades

independentes. Se fugimos a essa concepção podemos compreender que a linguagem não é mero instrumento de comunicação e que o sentido é o intermediário da nossa relação com a realidade. Ora, se esse sentido é socialmente arquitetado, a nossa relação com o real é também bastante determinada pelo contexto histórico-social. O sentido se apresenta, então, como complexo, variável, instável, dependente de fatores históricos para se constituir.

Ao analista de discursos cabe, portanto, tratar os fatores internos do sistema lingüístico, aqueles fatores estruturantes da linguagem articulada humana, juntamente com fatores da ordem da ideologia, dentro da dimensão dos não-ditos, dos subentendidos, dos implícitos, etc. Tudo isso configurado dentro das próprias formações discursivas que regulam os discursos cabíveis dentro de uma dada situação discursiva. Além disso, cabe ao analista levar em conta as condições de produção dos discursos as quais relacionam-se com o percurso histórico do produtor dos discursos em relação às circunstâncias presentes no momento da produção.

Aqueles que buscam um método de interpretação de discursos poderiam argumentar: mas não existe significação fora da relação do significante com o significado e, portanto, resta ao analista interpretar essa relação no contexto imediato, ou seja, o texto em análise. Contudo, já Saussure (1977) apresentava a complexidade dessa relação, primeiramente ao deslocá-la da materialidade lingüística e transportá-la para os processos mentais. Coloca, desse modo, o signo como uma entidade psíquica de duas faces: significante (**imagem** acústica) e significado (**imagem** conceitual). Ou seja, a realidade não existe senão para os indivíduos que a significam, já que o processo de significação passa pelo deslocamento da relação da linguagem com a realidade. Não se trata de um processo individual de produção de significados, porque a língua, em Saussure, é herança social.

Saussure fala ainda dos deslocamentos inerentes a essa relação significante / significado, pois um significante pode gerar inúmeros significados e um significado pode caber em mais de um significante, dependendo do contexto histórico-social em que os discursos se situam, o que gera as conotações, as polissemias, as metáforas, etc.

O mesmo autor trabalha, ainda, com o conceito de “valor lingüístico”, estando os signos na dependência dos valores de troca e valores de uso, os quais são socialmente estruturados e, por sua vez, estruturantes das relações sociais. Se em Saussure a língua possui uma faceta estritamente individual, já que se articula em indivíduos independentes, por outro ela é vista em estreita relação com a história coletiva, fazendo-se e refazendo-se segundo os processos históricos que estruturam as sociedades.

A ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

Importa, agora, identificar a AD como metodologia de análise. Convém, porém, antes de tratar especificamente de métodos de análise de dados discursivos, retomar dois pontos já anteriormente tratados. O primeiro deles é que não cabe à AD interpretar e sim analisar discursos. Apesar de o pesquisador buscar um método de interpretação de dados ao recorrer à AD, a essa disciplina não cabe interpretar no sentido de compreender, com método, o que é dito e sim produzir um sentido tendo em vista o jogo que se estabelece com a linguagem. Deve ficar claro, ainda, que ao aceitar a AD como suporte metodológico o pesquisador comunga com a perspectiva da linguagem como processo de significação, do discurso como “lugar provisório de conjugações e dispersões, de unidade e de diversidade, de indistinção” (ORLANDI, 2003, p.10) e do sujeito produtor dos discursos como alguém pouco consciente de todas as etapas do processo de produção de seus discursos, imerso na ideologia e dependente da história e da linguagem.

A AD erige-se, portanto, de dentro do Marxismo e da Psicanálise, para responder a uma necessidade de se observar a produção de sentidos nos textos. A linguagem é encarada dentro do seu processo de produção e não como o resultante de um processo, ou seja, um produto. Um de seus precursores, M. Pêcheux (1990), coloca a AD no âmbito da análise lingüística do significado e não como “uma sobredeterminação antecipadora” (p.56) da história. Defende que a Análise do Discurso deve cuidar não do significado estabelecido e sim das suas contradições, elipses, faltas, equívocos.

Segundo Orlandi (2003, p.71) o procedimento de análise de discursos passa por três etapas principais:

- 1) Análise da materialidade discursiva (o que, quem, como se diz, etc) Nesse momento é importante levar em conta, ainda, o jogo de imagens: quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim? Do que estou falando, do que ele me fala?
- 2) Esclarecer as relações do discurso em análise com as formações discursivas. A autora afirma que é importante estabelecer “uma análise comparativa buscando observar como o mesmo discurso pode ser articulado, confrontando-o com outras formações discursivas” (ORLANDI, 2003, p.65)

“A partir desse momento, estamos em medida de analisar propriamente a discursividade que é nosso objetivo porque já começamos a entrar no processo discursivo e saímos de seu produto acabado, no qual estávamos presos, e cujos efeitos nos afetam lingüística e ideologicamente. A análise, aliás, visa justamente deslocar o sujeito face a esses efeitos.” (ORLANDI, 2003, p.66)

- 3) Pensar a relação dessas formações discursivas com a ideologia. “O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.” (ORLANDI, 2003, p.43)

A autora conclui dizendo que o que interessa ao analista não são as marcas em si e sim o funcionamento dos discursos (ORLANDI, 2003, p.65). Para tanto afirma que deve-se ir além do discurso enquanto objeto para que ele seja colocado no lugar mesmo da sua produção.

“Feita a análise, no entanto, o analista prescinde dos textos. Uma vez atingido o processo discursivo este é que dá ao analista as indicações de que ele necessita para compreender a produção de sentidos. Os textos deixam de ser seus objetos.” (ORLANDI, 2003, p.73)

Segundo a mesma autora, o produto da análise “é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições.” (ORLANDI, 2003, p.72)

Como se pode perceber, a AD trabalha muito mais em função da instauração de “novos gestos de leitura” do que em função de se constituir em um dispositivo de análise de textos. Afinal, parte-se da concepção de que a linguagem é um objeto simbólico e resta saber como ela produz sentido, na sua relação com a história e com os sujeitos que nela engendram-se.

E importante frisar que o tamanho do texto, se é escrito ou oral, não interfere na análise. A questão que o analista coloca é: como esse texto produz sentido? Se o sentido é aquele que surge como intermediário na relação do homem com a realidade, ou seja, determina o olhar do homem sobre a realidade, ele deve ser considerado a partir dos fatores ideológicos que o articulam. Portanto, resta ao analista de discursos compreender o trabalho da ideologia sobre a linguagem. Como esta não se evidencia de modo gratuito, pois o próprio analista está nela imerso, resta-lhe a materialidade da linguagem como suporte, ou corre-se o risco de se transitar pelos *a priores* que a interpretação dos fatos históricos impõe. Por isso, para Pêcheux (1990) a AD deve lidar com o discurso não como acontecimento histórico. Para ele o analista deve lidar com os registros ordinários de sentido, pois assim se pode depreender melhor os fatos históricos, sem correr o risco de ler nos discursos o que já é sabido, dentro de uma perspectiva teórica determinada.

A CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Após compreender o conceito de discurso, o que significa interpretá-lo e quais seriam os passos para a análise de discursos, resta-nos acrescentar que, independentemente da estratégia utilizada pelo analista, o que importa é que ele possua clareza do seu lugar teórico e desenvolva estratégias metodológicas adequadas a essa filiação teórica. O que temos visto são discrepâncias gritantes entre a primeira e a segunda parte das teses e dissertações, ou seja, entre a estruturação do quadro teórico e a

análise propriamente dita, numa pressa de se assegurar dos dados em função de técnicas apriorísticas, estranhas ao suporte teórico.

Ora, a teoria de análise é a construção do olhar do pesquisador, ela passa pelo “seu corpo” e o momento da análise surge como uma resultante das suas buscas e inquições. Afinal, desde o momento da escolha do *corpus* o olhar do pesquisador já está nele refletido.

Além disso, é importante que se compreenda a análise como uma das possibilidades e não como aquela correta ou definitiva. Afinal, toda interpretação de dados é sempre muito provisória, o que não significa, é claro, inconsistência na análise. Esta depende, sem dúvida, do alicerce teórico sob o qual a análise erige-se.

Percebemos que o pouco tempo para as produções de pesquisa têm empobrecido as possibilidades de análise porque não há tempo, de fato, para a construção de um olhar teórico de bases bem alicerçadas. O pesquisador, fica, dessa forma, na estreita dependências de uma tecnologia de análise de dados que, muitas vezes, parece estéril, quanto mais quando está em jogo a linguagem e os sujeitos que dela participam. A fuga a essa esterilidade exige que o pesquisador enraíze-se em um foco particular, ainda que não reduzido, e que se deixe transformar, lentamente, e, ao mesmo tempo em que ele constrói sua pesquisa ele se constrói nela.

Muitos pesquisadores sentem-se fora do processo da pesquisa, quase como expectadores. Adentrar um campo de estudos é de fato trabalhoso, mas o mais complicado é não reconhecer a própria condição para interpretar, ou, reconhecendo-a, limitar-se à reprodução, ou restringir-se a uma atitude mecânica de aplicação de técnicas. Por pouca e localizada que seja a análise, ela é sempre muito rica, porque o particular sempre provoca a diferença e a diferença é fator de propulsão.

Portanto, se por um lado o pesquisador não possui métodos de pesquisa gratuitos, por outro o processo mesmo da pesquisa é em si uma construção do próprio pesquisador. Mais do que a pesquisa, somos nós mesmos em construção o que interessa. Por isso a alteridade é fator

preponderante à Análise de Discursos. Sem ela falta a vida, o diferente, a singularidade do olhar. Mais do que à técnica urge ao pesquisador procurar a si mesmo na sua construção complexa e desigual de sujeito da sua linguagem na sua condição de produção de sentidos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2ª ed., SP: Martins Fontes, 1987.
- HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- MARCONDES, Danilo. Questões relativas à interpretação. In: *Leitura, saber e cidadania*. Ed. Fundação Biblioteca Nacional, PROLER e Centro Cultural Banco do Brasil. RJ, 1994.
- _____. Filosofia, linguagem e política. Formas de discurso, representação e exclusão social. *Anais do IV Congresso da ASSEL-Rio*. Niterói: UFF, 1995.
- MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. BH: Faculdade de Letras / UFMG, 1991. (Cadernos de Pesquisa/ NAPq)
- _____. *Os lugares do sentido*. SP: Mercado das Letras, 2008.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 5ª ed., 2003.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. SP: Pontes, 1990.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- POSSENTI, Sírio. Notas sobre a noção de efeito de sentido. In: *Anais de Seminários do GEL* (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de SP) nº XXVI - Campinas, SP, 1996
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 6ª ed. SP: Cultrix, 1977.
- VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.